

LULA CONSTITUINTE

FEVEREIRO DE 1987

Cz\$ 5,90

N.º 25

PT BOLETIM
NACIONAL

ORGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

“Não fui eleito Deputado Constituinte para ser serviçal do poder.”

Não fui eleito Deputado Constituinte para ser serviçal do poder. Não fui eleito Deputado Constituinte para viver de futricas nos corredores do Congresso Nacional.

Não quero dividir este Congresso entre direita e esquerda, não quero dividir este Congresso entre pobres e ricos. Quero dividir este Congresso, na verdade, entre um grupo de cidadãos que têm bom senso e querem resolver os problemas definitivos da nossa sociedade, e aqueles que estão aqui apenas para tentar representar os interesses inescrupulosos de alguns grupos econômicos que teimam em matar o nosso povo, pagando um salário mínimo de 1.500 cruzados. Que ninguém tenha dúvida do comportamento do Partido dos Trabalhadores nestes debates da Constituinte: somos intransigentes na defesa dos nossos princípios e - estejam certos também - somos leais aos compromissos que assumimos. Não estaremos de cara feia para nenhum



Constituinte, queremos conversar com todos desde que essa conversa não seja a perspectiva de abaixarmos a cabeça e traírmos aquilo que é a vontade de 135 milhões de brasileiros.

Nosso partido não vê, contudo, nenhuma possibilidade de êxito nessa luta, se a batalha da Constituinte não for integralmente assumida pelo povo. Sem povo nas ruas e nas praças, exigindo seus direitos, nenhuma votação de plenário terá força para se impor ao sistema de privilégios, corrupção e prepotência que domina o nosso País.

Por isso, o PT faz uma exigência, uma advertência e uma convocação. O PT exige que o trabalho constituinte seja precedido da revogação das leis repressivas da ditadura, que seja assegurada ampla divulgação dos trabalhos constituintes pela televisão, rádio e jornal e que o povo seja consultado através de plebiscitos.

Veja tudo o que Lula falou na página 3

O POVO QUE SE ORGANIZE, A DIREITA ESTÁ DE VOLTA

Falta pouco para a Nova República desmoralizar por completo a idéia de democracia no país. A insegurança da classe média está prestes a transbordar na reabilitação dos militares como “salvadores da pátria”. A crença de que o Brasil precisa de um governo “forte” generaliza-se. Há poucas semanas, o ex-ditador João Baptista Figueiredo foi aplaudido entusiasticamente num supermercado carioca. Os assessores do ex-ministro Delfim Netto nunca receberam tantas consultas de empresas, ansiosas por ouvirem seus conselhos sobre a gestão dos negócios nos próximos meses. A receita é sempre a mesma: preparar a empresa para a recessão, demitir, corrigir preços, reduzir a atividade, reforçar a liquidez, aplicar na ciranda financeira, suspender investimentos, antecipar remessas ao exterior. Enfim, jogar tudo na cri-



se. É quase uma administração paralela que fecha o cerco sobre o governo, tornando inócua a ação da política econômica. As montadoras do ABC, por exemplo, reclamam de falta de peças. Há escassez, sem dúvida. Mas o que elas estão fazendo, na verdade, é administrar uma parada programada da produção para forçar novos aumentos, viabilizar demissões e negociar com o governo (de joelhos) mais incentivos às exportações. Atônita, a equipa econômica cede a todas as pressões e se decompõe com defecções à direita e à esquerda. “Temos que sair do governo já”, desabafava recentemente um importante assessor da Fazenda. A direita empresarial aproveita o vácuo. Nunca falou tão grosso como agora. Nem no tempo do Delfim. Fala grosso. Esfrega as mãos. E baba. O governo recua, cede e se desmoraliza.

Um partido discute seu destino PT e as tendências na página 5

Veja “Qual o recheio da moratória”, por Claudio Cerri, na página 2.

AGORA NAS BANCAS



QUAL O RECHEIO DA MORATÓRIA?

A recessão e o desemprego estão aí, mas os rumos da renegociação são incertos. A direita se agita. Geisel visita quartéis e influencia o governo.



A moratória "redentora" de Sarney está arriscada a passar à história com o nome de Porcina - a que foi sem nunca ter sido. A verdade é que entre a salvação prometida pelo discurso oficial e aquilo que deve ocorrer nos próximos meses, existe um abismo nebuloso. Dentro dele convivem duas estratégias opostas de enfrentamento da crise. Ela tanto pode descambar para um golpe recessivo contra os trabalhadores (como querem credores, burguesia e parte do governo), como transformar-se numa alavanca de mudanças profundas.

Ou seja, a suspensão dos pagamentos externos tem que ser avaliada dentro de uma estratégia mais ampla, para que se possa medir seu verdadeiro alcance. Não se trata de negar o impacto internacional evidente dessa decisão e seus desdobramentos na América Latina. Mas é inegável também que, em si, a moratória não constitui qualquer garantia de abrigo seguro para os trabalhadores. A história está cheia de exemplos de governos que falam "grosso" lá fora e baixam o porrete internamente. É um velho truque populista...

Se a Nova República estivesse de fato empenhada em realizar profundas mudanças econômicas a partir da moratória, não teria esperado tanto para decretá-la. Por mais simplista que pareça, essa crítica procede. Afinal, o governo Sarney cedeu tudo o que pode aos credores. Nunca se dispôs a auditar as contas externas para medir exatamente quanto entrou no país da dívida que agora está sendo cobrada. Sempre fugiu à aliança com outros devedores. Jamais coibiu as remessas das multinacionais que só em 1986 tiraram mais de US\$ 1,4 bilhão do país. Isso, sem falar do escandaloso envio ilegal de recursos ao exterior, cuja ponta do icebergue veio à tona com o caso Gebauer. Nenhum dos magnatas brasileiros acusados de possuírem gordos depósitos de dólares no exterior foi preso. Eles continuam frequentando as colunas sociais e não as policiais.

Fica difícil então acreditar que os festejos oficiais pela decretação da moratória simbolizam uma real mudança de postura. Até porque, há pouco, era a vez do pacto social distrair os trabalhadores, enquanto patrões e governo decidiam a liberação dos pre-

cos. Agora, o que se teme é que o ilusionista Almir Pazzianotto tenha apenas cedido seu lugar no picadeiro para o terrível "inimigo externo". Para exorcizá-lo, como insinuou Sarney, seria preciso união sem crítica. Ou, sacrifício, sem contestação.

Se não é essa a intenção do governo, é preciso prová-la. Até porque, a recessão já está à solta no mercado, ceifando renda e empregos dos trabalhadores. Graças à explosão dos preços, to-

do o ganho real de salário conquistado em 1986 foi anulado, apenas com a inflação dos últimos três meses. As taxas de juros siderais inviabilizaram as vendas à prazo. O comércio está cortando entre 40% e 60% de suas encomendas. E a indústria já começou a desempregar. Será essa a tradução interna da "soberania" externa? Isto é, golpear profundamente o consumo para gerar mais exportações e, desse modo, voltar a pagar soberanamente os credores? A ofensiva oficial/pa-

tronal contra o gatilho tende a confirmar essa suspeita.

Não bastasse a trajetória antipopular da política econômica atual, a moratória de Sarney tem ainda outro pano de fundo suspeito. Há sinais insistentes de que a Presidência da República, ao mesmo tempo que exige carta branca do PMDB, busca fortalecer-se à direita. Isto é, estreitando laços com os quartéis. No empresariado paulista circula abertamente a informação de que "o Geisel está se mexendo bastante". O ex-ditador estaria visitando quartéis a pedido de Sarney para angariar apoio e tranquilizar a tropa. Em troca, abriria espaço para homens de sua confiança no ministério. Sabe-se que o general estaria fazendo campanha para - em meio a um agravamento da crise - recolocar Simonsen no comando da economia. Enquanto essa manobra não se viabiliza, Sarney adoça o ex-ditador oferecendo cargos e poder a Eliezer Batista. Presidente da Vale do Rio Doce, ele é intimamente ligado a Geisel e já foi incluído na lista restrita de militares e ministros que decidirão os rumos da renegociação externa. Em tempo: o discurso que anunciou a moratória ao país também foi discutido num grupo seletivo e expressivo. Faziam parte dele, o dono da Globo, Roberto Marinho, os generais Leonidas Pires e Ivan de Souza, além de dois ministros que dispensam adjetivos: Maciel e Antônio Carlos Magalhães.

A viragem direitista de Sarney seria assim uma manobra preventiva. Se a crise apertar, ele sabe que as pressões pelas diretas crescerão. Poderia, então, nesse quadro, apelar para o apoio civil-militar, contra aqueles que "querem cassar meu mandato".

A crise política e econômica, portanto, monta um cenário onde a moratória pode ter desdobramentos imprevisíveis. Não necessariamente aqueles planejados pelo governo (vide o que ocorreu no início do cruzado, com os "fiscais do Sarney"). Em outras palavras, a renegociação externa pode por em xeque o mandato presidencial e toda a estratégia de transição conservadora da Nova República. E o primeiro passo para isso é exigir uma moratória efetiva. Isto é, seguida de rigorosa auditoria para saber de fato quanto o país deve, do que lhe é cobrado.

Cláudio Cerri

AGENDA - PT 87

Você pensou que a Agenda PT 87 só ficaria pronta em 88? Enganou-se! Apesar do ágio e da falta de papel no mercado, a Agenda PT 87 está aí: em todos os Diretórios Regionais e na Tesouraria Nacional (Rua Santa Teresinha, 35, CEP 90040 - Porto Alegre - RS). Bonita e funcional por apenas Cz\$ 50,00 (custa o mesmo que 4 maços de cigarros e dura o ano inteiro). Garanta a sua!

O PT na Constituinte

Lula entrega ao presidente da mesa as propostas de eliminação do estado de sítio, da Lei de Segurança Nacional e do direito do Presidente da República editar decretos-leis. E faz o seguinte discurso:

"A discussão da Constituição instaura-se em clima bastante sombrio. O espectro da crise econômica ronda novamente uma classe trabalhadora severamente castigada - nem três anos faz - por uma terrível recessão; a persistência da violência dos latifundiários sobre a população rural e da repressão policial contra as greves e manifestações populares cria um ambiente de revolta e incredulidade; o Brasil está comprometendo a sua independência com uma dívida externa fabricada de cerca de 100 bilhões de dólares; apenas 7 dos 135 milhões de brasileiros são proprietários das terras, das fábricas, do comércio, enfim, de todas as riquezas produzidas no País; cerca de 13 milhões de aposentados e pensionistas são humilhados por salários miseráveis depois de toda uma vida de trabalho dedicado à construção da riqueza nacional; cerca de 13 milhões de brasileiros consomem menos que as 1.600 calorias consideradas o mínimo necessário para recompor as energias de um indivíduo; mais da metade dos brasileiros vivem em condições de miséria, segundo estudos encaminhados pelo professor Hélio Jaguaribe ao Presidente da República; 8 milhões de crianças em idade escolar não têm escola; morrem, por dia, de fome, cerca de mil crianças, antes de completar um ano de vida.

"O PT exige que o trabalho constituinte seja precedido da revogação das leis repressivas da ditadura."

Contribuem ainda para esse estado de espírito sombrio a comprovação da impotência do governo diante dos que desafiaram o congelamento, seu recuo diante da reforma agrária, sua incapacidade de enfrentar o problema da dívida externa e de introduzir medidas estruturais que atinjam as raízes da crise econômica, bem como o espetáculo vergonhoso do abuso do poder econômico e do uso deslavadamente ilegal das máquinas do Governo nas eleições passadas.

Integralmente solidário com as lutas populares, o Partido dos Trabalhadores participa desse estado de espírito e denuncia as sucessivas traições das forças hoje dominantes contra um povo que,



acudindo maciçamente à convocação democrática, saiu às ruas para exigir eleições diretas, fim da corrupção, liberdade e democracia.

Não se veja, contudo, nesta atitude de intransigente defesa dos interesses populares uma postura negativista. Sem se iludir quanto à possibilidade de atender cabalmente os interesses da maioria da população fora do socialismo, o PT assume o trabalho constituinte com espírito de construção e diálogo e vê nesse trabalho uma oportunidade de avanços importantes na luta do povo.

É possível avançar na distribuição justa da renda, condição indispensável para eliminar a pobreza absoluta, para reduzir as diferenças abismais de padrão de vida entre as classes sociais, para, em suma, pôr fim nessa violência institucionalizada que torna um inferno a vida do posseiro, do boia-fria, do subempregado, do favelado e que pesa, como fardo insuportável sobre os trabalhadores do campo e da cidade.

Pode-se avançar também na defesa das nossas metas, dos nossos rios, da nossa fauna, da nossa

flora, dos nossos monumentos, da nossa cultura, ameaçados hoje pela ganância dos interesses econômicos.

"Sem o povo nas praças, exigindo seus direitos, nenhuma votação do plenário terá forças para se impor ao sistema de privilégios e corrupção e prepotência que domina nosso país."

Pode-se avançar ainda - e muito - no campo das liberdades individuais, do respeito aos direitos humanos, da eliminação de toda e qualquer forma de discriminação contra a mulher - o negro e o índio; da colocação dos meios de comunicação de massa a serviço da cultura do povo e não de monopólios que estão se locupletando com a manipulação da informação e das mensagens propagandísticas; da democratização do poder, redefinindo os poderes da República de modo a estabelecer um equilíbrio real entre eles, de garantir a autonomia dos Estados e Municípios, de atribuir às

Forças Armadas exclusivamente a defesa da nossa soberania, revogando as leis repressivas do período ditatorial.

Nosso Partido não vê, contudo, nenhuma possibilidade de êxito nessa luta, se a batalha da Constituição não for integralmente assumida pelo povo. Sem povo nas ruas e nas praças, exigindo seus direitos, nenhuma votação de plenário terá força para se impor ao sistema de privilégios, corrupção e prepotência que domina o País.

"O PT convoca o povo brasileiro para se declarar em assembléia geral e permanente."

Por isso, ao abrir o diálogo sem pretensões de hegemonia com outras forças políticas democráticas, o PT faz uma exigência, uma advertência e uma convocação. O PT exige que o trabalho constituinte seja precedido da revogação das leis repressivas da ditadura, que seja assegurada ampla divulgação dos trabalhos constituintes pela televisão, rádios e jornais e que o povo seja consultado através de plebiscitos.

Exige também que a Constituinte não fuja às suas responsabilidades diante da grave crise econômica e política em que se debate o País, refugiando-se no debate interno do texto constitucional, enquanto um governo de pouca legitimidade impõe, mediante decretos-leis, fatos consumados que estreitam o campo do processo constitucional. A Constituinte livre e soberana — como reza o Ato Convocatório e como foi mandatada pelo povo - tem o dever de assumir sua liberdade e soberania e interferir diretamente na fixação de políticas para o governo provisório executar.

O PT adverte a maioria conservadora que o emprego do método do "rolo compressor" para impedir a aprovação de uma Constituição justa e democrática dará como único resultado um regime institucional tão ilegítimo e por isso mesmo tão instável e débil quanto o anterior.

O PT convoca o povo brasileiro para declarar-se em assembléia geral e permanente a fim de acompanhar, pari passu, a elaboração do texto constitucional, e de exigir para todos os brasileiros perspectivas reais de uma vida mais livre, mais confortável, mais digna e mais humana."

Voluntários que querem ir e voluntários que retornam

A Secretaria de Relações Internacionais do PT continua recebendo as inscrições dos interessados em trabalhar na Nicarágua por um período de dois anos. Para tanto, é necessário o envio de currículos profissional e político, carta do Diretório Regional comprovando a filiação ao PT e xerox da ficha de filiação aos cuidados da SRI, Av. 11 de Junho, 260, Vila Clementino, São Paulo, SP, CEP 04041.

A aprovação dos interessados, contudo, não depende da Secretaria de Relações Internacionais do PT, mas das autoridades nicaraguenses, dependendo das necessidades do país. No momento, o governo da Nicarágua está necessitando especialistas nas áreas de engenharia, arquitetura, medicina e enfermagem, serviço social, agronomia, computação, odontologia, além de técnicos especializados em metalurgia, mecânica e construção civil.

Os currículos profissionais serão enviados pela SRI ao governo nicaraguense, que os analisará e, depois, enviará resposta ao PT, especificando suas necessidades. Os interessados devem ter disponibilidade de permanecer dois anos fora do Brasil. O retorno antes desse prazo ficará sob responsabilidade do interessado, inclusive as despesas com viagem.

BRIGADA VOLTA

Estará de volta ao Brasil, nos primeiros dias de março, a 2.ª Brigada Brasileira de Colheita de Café na Nicarágua. Dos 59 integrantes 16 são companheiros indicados pelo PT.

Cuidado com os picaretas

O PT tem enfrentado problemas com impostores e picaretas, que tentam confundir o espírito de solidariedade dos seus militantes, causando-lhes até mesmo prejuízos de ordem material e pessoal. O caso mais recente aconteceu com os companheiros de Sergipe, onde, no mês passado, um sujeito dizendo-se Argentino e apresentando-se com o nome de "Dr." Jorge Ramon Carrasco procurou contato com aquele Diretório Regional por indicação da diocese de Propriá. Esse "Dr." de fato havia estado em Propriá, onde procurou o Bispo local, dizendo que vive e trabalha na Nicarágua há quase oito anos. Em Propriá ele mencionou contatos realizados em Itabuna, Bahia, com companheiros da FASE, CPT e CIMI. Esse "Dr." que andou por algumas cidades do interior do País, além de falar pelos cotovelos, utilizava-se de nomes de companheiros da Direção Nacional do PT que sequer o conhecem. Contudo o mais estranho é que esse "Dr." viajou por várias cidades às custas da ajuda financeira de companheiros do PT, de integrantes da Igreja e de comitês de solidariedade.

Muitas contradições e fatos estranhos nos contatos que manteve estão fazendo com que a Secretaria de Relações Internacionais do PT recomende aos militantes e dirigentes do Partido cuidado com figuras como essa. A SRI e o PT em seu conjunto não têm por política indicar contatos de estrangeiros às suas bases. Na necessidade de fazê-lo, o primeiro contato é feito entre a Secretaria de Relações Internacionais e os companheiros de um Diretório.

A Secretaria de Relações Internacionais pede aos companheiros que se souberem de casos semelhantes a estes que entrem em contato com esta Secretaria, no mesmo endereço da sede nacional em São Paulo.

Luzia Rodrigues da S R I

PALAVRA DE LÍDER

Marco Aurélio Garcia O QUE FAZER DA CONSTITUINTE

Um conjunto sucinto de propostas de intervenção no debate da Constituinte.

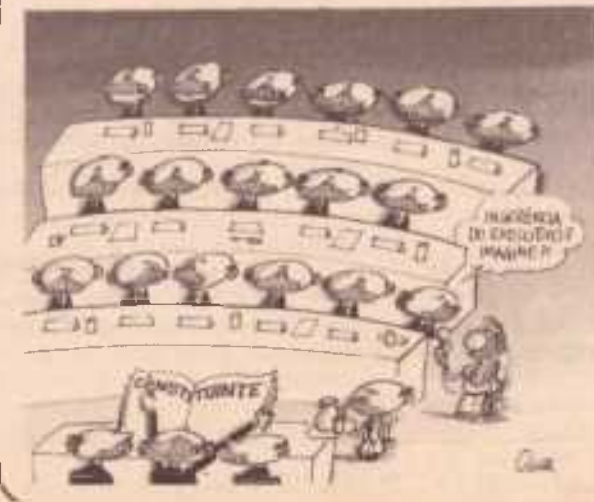
O caráter precário das notas que seguem reflete as dificuldades que o PT tem enfrentado internamente para a discussão de propostas para uma nova Constituição. O debate se arrasta apesar do importante subsídio do projeto Fábio Konder Comparato - que não foi devidamente aproveitado. Esse texto, mais as inúmeras sugestões aparecidas em discussões de base e dos movimentos sociais nos quais intervimos, permitem, no entanto, propor uma lista de questões que poderão aparecer em um primeiro momento como nossos eixos de intervenção no debate constitucional. A lista não é exaustiva e procurou reter fundamentalmente os pontos consensuais. Está assim sujeita a ser emendada e acrescida de novas propostas.

O Diretório Nacional já aprovou uma sistemática de debate dentro do partido para agilizar o fluxo de propostas das bases para a Bancada Constituinte. O papel que caberá à Comissão Constitucional será o de recolher estas propostas, sistematizá-las e entregar às direções partidárias a nível nacional, estadual e local para animar o debate e, ao mesmo tempo, estabelecer um contato permanente com a bancada federal em Brasília e com sua assessoria no DF.

A questão de apresentação de um projeto completo de Constituição continua evidentemente em nosso horizonte de preocupações. Trata-se, no entanto, de um problema eminentemente prático que dependerá sobretudo da intensidade do debate partidário. Em qualquer dos casos, no entanto, o partido deverá dispor de uma pauta reduzida de questões que serão consideradas fundamentais para animar a atuação de nossa bancada e os projetos de mobilização. É neste sentido que se publica a lista que segue:

1.1 - Direitos e garantias individuais e coletivos

- 1.º) Direito irrestrito de greve (sem necessidade de regulamentação);
- 2.º) Liberdade de organização sindical, partidária e associativa em geral, o que significa revogar a legislação que busca enquadrar estas formas de expressão da sociedade;
- 3.º) Liberdade de pensamento, com o correspondente fim da censura;
- 4.º) "Habeas data", isto é, direito dos cidadãos de obterem, sob simples requerimento, qualquer informação que exista a seu respeito



em organismos do Estado (policia, SNI, por ex.) ou privados (Serviço de proteção ao crédito, p.ex.);

- 5.º) Ampliação dos instrumentos do cidadão frente ao Estado: maior efetividade das ações populares e capacidade de grupos de cidadãos de terem iniciativa legislativa;
- 6.º) Condenação da tortura que passa a ser considerada crime inafiançável, imprescritível e não sujeito a qualquer tipo de anistia.

1.2 - Organização do Estado

- 1.º) Redefinição da Federação com maior autonomia dos Estados e Municípios, que terão mais liberdade de iniciativa legislativa; neste ponto, se inscreve a questão de uma reforma tributária que promova uma efetiva descentralização econômica e administrativa;
- 2.º) Fortalecimento do Legislativo e do Judiciário. Maior autonomia desses poderes frente ao executivo; definição de mecanismos de controle popular do Estado, com a participação de sindicatos, organizações populares e outros em organismos encarregados de definir políticas públicas ou nos conselhos de empresas estatais; gratuitamente da Justiça e maior participação de organismos da sociedade nos debates legislativos;
- 3.º) Forças armadas limitadas à defesa das fronteiras do País;
- 4.º) Desmilitarização das PMs e sua desvinculação do Ministério do Exército.

1.3 - Ordem econômica e social

- 1.º) Estabilidade no emprego e jornada de 40 horas;
- 2.º) Convenção coletiva e dissídios coletivos;
- 3.º) Reforma Agrária e do solo urbano;
- 4.º) Educação e saúde gratuitas para todos os cidadãos;
- 5.º) Democratização dos meios de comunicação)

1.4 - Disposições transitórias

- 1.º) Referendo popular para modificação da Constituição;
- 2.º) Eleições diretas para Presidente da República e Vice seis meses após a aprovação e promulgação da nova Constituição.

PT caderno das tendências

O que é o PT? Um partido ou uma frente de partidos?

O que é o PT? Qual o papel do Partido dos Trabalhadores na construção da sociedade socialista? Que tipo de socialismo o PT quer construir? Quais os caminhos que deverá trilhar? O que são tendências, correntes, frações, articulações, organizações, "partidos-dentro-do-Partido"? Qual o grau de existência e estruturação de cada visão dentro dos limites de um partido pluralista? Quais as diferenças entre um partido e uma frente de partidos ou de organizações?

Todas essas questões percorrem as preocupações e as discussões da quase

totalidade dos petistas, em todas as regiões do País. Desde seu início, o PT procurou debatê-las, mas nem sempre o debate foi satisfatório.

A nova Comissão Executiva Nacional, eleita em 30 de janeiro, procurando expressar manifestações das últimas reuniões do Diretório Nacional, assumiu o compromisso de fazer avançar significativamente essa discussão até o V Encontro Nacional, previsto para fins de novembro ou começo de dezembro deste ano. E a Secretaria Geral Nacional, no âmbito de suas responsabilidades, to-

cou a si o encargo de iniciar contatos preliminares com filiados de diversas visões, para a formulação de uma metodologia capaz de produzir um debate democrático e produtivo. Na mesma linha, este número do "Boletim Nacional" publica os artigos que seguem, escritos a partir do debate já começado no Rio Grande do Sul, como uma contribuição a esse processo; a seleção dos artigos não pretendeu priorizar estas ou aquelas concepções, nem esgotar o assunto. Destinase tão-somente a fazer fluir a discussão de forma ampla e franca.



Olívio Dutra:

O PT é um partido para a vida inteira.



Hélio Corbelini:

É falsa a idéia que a esquerda revolucionária veio militar no PT para utilizá-lo como trampolim.



Raul Pont:

Não vemos as tendências como um mal, sua existência no PT tem sido positiva.

Um partido para a vida inteira

Olívio Dutra

O PT é partido para a vida inteira. Isto quer dizer que nosso partido não se limita a participar de episódios eleitorais e nem se contenta em atuar nos parlamentos ou participar de postos de governo mesmo que levado pelo voto. Nosso partido quer ser ferramenta de trabalho do povo explorado do campo e da cidade que, por ser usada diariamente, precisa também ser afiada com frequência. A lima que afia a nossa ferramenta é de dois tipos: de um lado a lima grossa da nossa prática nas lutas e, do outro, a lima fina dos ensinamentos que as experiências de milhões de trabalhadores, por gerações, nos transmitiram via a luta de classes. Prática e teoria são os dois lados da mesma lima com que afiamos nosso instrumento partidário. O PT não pode ser portanto, antimarxista ou anticomunista, sob pena de ser instrumento com pouca ou nenhuma valia nas mãos da classe trabalhadora para a transformação da sociedade e para a construção do socialismo.

Contra o cogmatismo

O PT, no entanto, não é sucedâneo, nem substitui os PCs na sua forma de se construir e deliberar. Antes de se auto-proclamar um partido revolucionário, marxista-leninista, o PT proclama, com humildade, mas com muita clareza, que quer ser um instrumento nas mãos do povo trabalhador para que suas lutas do dia-a-dia tenham consequências políticas no rumo da construção da sociedade sem explorados nem exploradores.

O PT faz um crítica radical da sociedade capitalista mas, também, no seu próprio existir e na sua maneira de se construir, quer ser uma crítica séria ao marxismo ortodoxo, às burocracias socialistas e ao chamado "socialismo real", pelo que eles representam de petrificação e dogmatismo.

Eu, pessoalmente, acredito que, através do PT, os trabalhadores cristãos e marxistas possam retomar um diálogo necessário e, junto com os trabalhadores nem cristãos nem marxistas, realizarem a revolução como processo e ato consciente de milhões, cujos desdobramentos não se aprendem nas cartilhas ou na Bíblia. O que não quer dizer que a gente não aprenda muita coisa nos manuais e no Livro Sagrado.

Centenas de cristãos e marxistas não ortodoxos constróem hoje o PT. De repente, o Partido poderá ser a encruzilhada onde Cristo e Marx se encontrarão. Ou por ventura o humanismo marxista e o humanismo cristão não se estão encontrando na Revolução Sandinista na Nicarágua?

Digo isso para enfatizar que é falsa a polarização Cristãos x Marxistas dentro do PT. Uns e outros podem ser mais ou menos dogmáticos e/ou sectários e os crítico por isto. Tenho encontrado no PT cristãos com enorme ímpeto revolucionário e marxistas com profunda fé no destino da classe trabalhadora. Ambos são indispensáveis na construção do PT.

Criticarei aqui algumas correntes organizadas não pelo que são - organizações de esquerda comprometidas com o socialismo -, mas pelo que não são - ao agirem como partido dentro de outro partido não são PT, estão no PT.

O Episódio da Convergência

A questão de ser PT ou estar no PT não é recente. Praticamente nasce com o Partido. Nas reuniões iniciais do ainda Movimento do Partido dos Trabalhadores, em 1978/9, tanto em São Paulo como aqui em Porto Alegre e Belo Horizonte, participavam vários militantes sindicais, operários ou não, ligados ou simpatizantes de diferentes partidos de esquerda então na clandestinidade. Na reunião sindical nacional ocorrida aqui em Porto Alegre no dia 19.01.79 encontravam-se vários sindicalistas que hoje estão e são militantes de direção de outros partidos. No IX Congresso de Metalúrgicos de São Paulo, em Lins, de 22 a 26.01.79, que aprovou uma moção "chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção do seu partido político", estavam presentes figuras como o Joaquinão e o Arnaldo Gonçalves. Aliás, nesse Congresso já se diferenciavam práticas distintas de construção do PT. Benedito Marcílio, eleito deputado federal pelo PMDB, e, na época, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, sem estar sintonizado com o pessoal do Movimento pelo PT, e sob a influência da Convergência Socialista, avançou o sinal enfatizando a questão partidária, quando a questão principal daquele Congresso era cons-

truir uma campanha salarial vigorosa para aquele ano. O pessoal de São Bernardo, Lula à frente, não foi com a mesma sede ao pote da questão partidária e, quanto tratou dela foi para lembrar que a criação do Partido deveria ser aprofundada através do debate nacional com os trabalhadores e setores progressistas sob pena de a idéia cair no descrédito antes de se firmar como tal. Mas os companheiros da Convergência continuaram se adiantando e elaboraram, em suas instâncias, um programa para o PT que, impresso no seu jornal, pretenderam entregar nos atos de 1.º de maio daquele ano. A Comissão Nacional Provisória se apercebeu em tempo e alertou os Estados para que não distribuíssem aquele material por não se tratar do verdadeiro programa do PT.

Por trás desse episódio, estão duas táticas diferentes, duas maneiras de construir o PT. Seria interessante falar um pouco de ambas.

A Tática do Atropelamento

A tática implementada pelos companheiros da Convergência é a do atropelamento, temos de estar na frente sempre, quem não nos acompanha é porque está contra nós ou é um reles atrasado que terá de engolir o prato feito. Sua organização não apenas discute as táticas para serem levadas para o Partido, ela decide. E, uma vez decidido, buscam empurrá-la para dentro do PT (ou sindicatos em que atuam) e, não conseguindo, levam para o movimento de massas um comportamento próprio, não raro de desprezo pelas deliberações do Partido. Falam, articulam em nome da organização, levantam suas bandeiras, distribuem seus folhetos e vendeu seu jornal. Enfim, o PT é uma instância onde vão buscar alguns militantes para engrossar os quadros da Convergência. Têm uma preocupação utilitarista para com o PT. O PT é sua referência na medida em que lhes amplia os contatos com as massas e lhes possibilita buscar entre os novos filiados e simpatizantes do Partido possíveis quadros para a organização. É melhor ir buscar quadros entre os simpatizantes e filiados recentes do PT, ainda sem a cabeça feita do que ir ganhá-los dos outros partidos ou organizações de esquerda. Tanto é assim que nas localidades onde as instâncias do Partido estão sob algum controle dos

"Temos problemas sérios dentro do PT que não serão resolvidos se não encararmos a questão das correntes organizadas que atuam não como tendências legítimas e até necessárias na construção do PT, mas como verdadeiros partidos dentro do partido."

companheiros da Convergência, ele é atritado no seu interior e tem dificuldades maiores que as naturais de relacionamento com os movimentos populares.

Os companheiros da Convergência (e os trato assim porque não os considero inimigos da Classe Trabalhadora e porque são meus companheiros de perspectiva socialista embora sua visão sectária possa muitas vezes mais atrapalhar que ajudar a construção do socialismo), mesmo que estejam no PT desde os seus passos iniciais (já observamos aqui sua prática quando da feitura do Programa) não são do PT mas seus apoiadores quando isto lhes convém. Seu esforço é maior para controlar as instâncias já existentes do PT do que para ajudar a construir novas, cobrindo áreas e espaços políticos, onde a presença do Partido é nula ou débil. Com frequência confundem núcleo do PT com célula de organização. Isso faz que os "núcleos" sob seu controle não sejam instâncias abertas e receptivas a todos os trabalhadores e pessoas do povo que desejam ingressar no Partido. O núcleo formado com essa concepção não fez o Partido desabrochar para a comunidade onde se localiza; ao contrário, leva a instância de base a um trabalho quase clandestino que mais exclui e seleciona pessoas do que insere e enraiza o Partido na vida do bairro, vila, escola, categoria ou movimento social. Não é à toa que esses "núcleos" tenham vida sazonal. Nasceram e desaparecem. Funcionam quando de eleições de delegados a outras instâncias, como instrumentos da disputa pelo poder dentro do Partido. Atuam, portanto, mais para dentro do que para fora do Partido, não realizando o balanço correto das duas direções em que um núcleo deve atuar.

As pessoas sem nenhuma iniciação política mas ansiosas para ter aprendido que lhes possibilite atuar politicamente na transformação da realidade em que vivem e tendo o PT como referência inicial, para esse aprendizado, não raro se chocam com o clima que encontram em núcleos desse tipo. É como se abrissem uma porta e de lá saísse um bafo, um ar estranho, tão diferente do existente cá fora, de onde estão chegando, que os obrigasse a fechar a porta por uns instantes, repensar o seu ingresso, respirar fundo, buscar reservas antigas de cora-

gem, fechar os olhos e se "atirar" naquele ambiente para ver o que acontece. Poucos se aventuram a isso. E o núcleo vira seita, comitê desta ou daquela corrente e não órgão de base do Partido.

Não se depreenda que os núcleos do Partido inexistam por pura maquinação da Convergência ou de qualquer outra corrente dentro do PT. Os núcleos existem ou os que existem atuam precariamente em razão de o Partido até agora não ter formulado uma política para eles. As correntes com características de partido dentro do PT - a Convergência é uma delas e o PRC outra - têm sua própria política de formação de quadros que precede qualquer política do PT. Daí não darem maior importância para a nucleação do PT, pois já têm a sua.

Até aqui tenho-me reportado à tática dos companheiros da Convergência, cuja presença do PT se verifica desde os seus momentos iniciais.

A Tática do PRC

Mas muito próximo deles e até com mais evidências ultimamente está a tática dos companheiros do PRC, organização que veio do PMDB ingressando no PT há pouco mais de 2 anos. Estes companheiros depois de ingressarem no PT continuam com a sua estrutura partidária própria: instâncias locais, regionais, nacionais e congressos. Já realizaram congressos próprios com documentos públicos onde assumem sua condição de Partido, fazem sua análise de conjuntura, definem sua estratégia e detalham algumas de suas táticas. Sobre esses documentos, por terem citado muitas vezes o PT, o Diretório Nacional já se pronunciou condenando a prática dos companheiros e chamando as instâncias de base de Partido para um debate aprofundado nesta questão. Os companheiros responderam ao Diretório Nacional enquanto PRC em documento que enviaram para o PT e para algumas entidades de massa. Esses companheiros nas entidades e atividades de massa não necessariamente defendem as propostas do PT. Não se sentem representados pelo PT e inscrevem oradores próprios para falar nos palanques. Distribuem boletins e panfletos próprios muitas vezes com as mesmas teses do PT mas escritas num outro modo

a fim de destacar o PRC no concerto dos demais partidos de esquerda. Têm jornal nacional próprio e, como outras correntes com jornais próprios dão prioridade aos seus órgãos informativos (vendas, assinaturas, campanha de finanças) secundarizando os Boletins Nacional e Regional do PT. Como os companheiros da Convergência, os companheiros do PRC estão no PT. Aqueles embarcaram no início da viagem, estes agora. Ambos agem como se o trem não tivesse indo no rumo que querem mas neste trecho da caminhada é o meio de transportes que lhes serve. Fazem autocrítica séria, tanto que saíram do PMDB onde fizeram a campanha de 82 e vieram para o PT com toda a sua importante bagagem teórica e prática organizativa. Mas, não raro, à mais leve crítica ao caráter aparelhístico de sua presença no PT, reagem de modo a fazer corar no túmulo os velhos do século XIX, descarregando nos seus incautos críticos e companheiros de Partido (ou de viagem) uma saraivada de adjetivos do tipo "anticomunista", "social democrata", "atrasado", "informante do SNI", "agente da CIA" etc. O PT não é um condomínio.

Aliás é bom lembrar aos companheiros que lerem estas linhas que esta discussão interna que estamos iniciando está atrasada por uma razão política mais geral. Até bem pouco tempo, para todos nós militantes da resistência à ditadura, pensava muito o argumento de criticar a nós mesmos em voz alta poderia significar riscos enormes para muitos diante da repressão política. Hoje, no entanto, sem nenhuma ilusão de que a ditadura esteja completamente desmontada, não podemos continuar brandindo esse argumento para se safar à discussão. Temos problemas sérios de relacionamento político dentro do PT que não serão resolvidos se não encararmos séria e francamente a questão das correntes organizadas dentro do PT que não como tendências legítimas e até necessárias na construção do PT, mas como verdadeiros partidos dentro do Partido.

O PT não é um condomínio ou uma frente de Partido de esquerda. Defendemos a formação de frentes de esquerda, progressistas na luta contra as políticas de reação e da classe dominante. O PT pode e deve participar dessas frentes ou

Um partido de massas e militante

Raul Pont

"A questão de ser PT ou estar no PT nasce com o partido."

blocos, na medida das deliberações de suas bases. É o PT participando de uma frente não ele sendo em si uma frente de partidos. Acredito que são coisas bem diferentes.

Falei mais detidamente de suas correntes organizadas dentro do PT - A Convergência Socialista e o PRC - por entender que seu comportamento, no momento, é o mais representativo dos problemas que estamos vivenciando em torno desta questão. Reconheço, também, que esses companheiros teriam muito mais valorizadas suas contribuições políticas para o PT não fosse o viés sério de suas organizações com relação ao nosso Partido.

Não tenho receita para a solução imediata do problema mesmo porque qualquer encaminhamento deve passar por um debate sem medo e sem preconceito que envolva discussão sobre núcleos, táticas partidárias à estratégia do PT e a questão do socialismo. E essa discussão tem que ser embriagada à realidade da construção diária do partido que não pode sofrer de solução de continuidade nem ser tarefa de apenas algumas mas de todos os que queremos e precisamos um PT de massas e de luta que não fique na metade do caminho que nos leva à sociedade igualitária, fraterna e democrática: a sociedade socialista.

Olívio Dutra é Membro da Executiva Regional (RS), Secretário Geral Nacional e Deputado Federal.



Tradicionalmente os partidos de esquerda e de base sindical, tiveram uma trajetória semelhante na história do movimento operário. O PT nasceu fruto de uma experiência singular, diferenciada.

Na Europa, onde o desenvolvimento capitalista produziu um proletariado numeroso já a partir da primeira metade do século XIX, esses partidos surgem de pequenos grupos de vanguarda em torno de jornais e periódicos (as ligas) que expressam a unidade ideológica e programática do grupo. Durante anos sua atividade volta-se para a propaganda de uma concepção de mundo crítica do Capitalismo devido às enormes dificuldades de um partido legal e massivo.

Outra origem é a sindical. O direito à sindicalização foi uma conquista mais ou menos contemporânea à organização partidária dos trabalhadores com variações entre os países europeus. A unidade em torno de interesses materiais comuns que o sindicato cria era uma condição muito favorável para mostrar a necessidade da organização política. Esta experiência, cuja base de massas é superior às experiências anteriores ainda que sem a identidade ideológica e a coesão programática dos primeiros, foi importante para a ampliação massiva dos partidos operários. O Partido Trabalhista Inglês, surgido no início do século XX, é o exemplo mais clássico dessa experiência. Nas primeiras décadas, inclusive, a filiação dava-se através dos sindicatos.

O Partido operário viveu também experiências de fusão de correntes sindicais e grupos mais ideológicos, como ocorreu na Alemanha, na segunda metade do século XX, com a formação do Partido Social Democrata. O primeiro grande partido com base de massas e programa anti-capitalista.

Com a crise da social-democracia europeia, na Primeira Guerra Mundial, outra experiência foi vivida pelos partidos operários. Com o surgimento da III Internacional, formaram-se os partidos comunistas através de cisões dos antigos partidos socialistas e social-democratas ou novos partidos atraídos pela Revolução Russa e pelo trabalho da III Internacional. É o caso do PC brasileiro, fundado em 1922.

O PT tem sua singularidade pois não é uma cisão de PCs brasileiros nem deles se reivindica. O sindicalismo brasileiro, por sua vez, sempre sofreu uma grande repressão e padeceu de um preconceito à política gerado por décadas de dominação ideológica burguesa e controle material do Estado.

As vertentes do PT

O PT nasceu da fusão de três vertentes básicas num momento em que as **condições objetivas** (amadurecimento do capitalismo brasileiro e um profundo processo de urbanização e estratificação das classes sociais) e as **condições subjetivas** (crise da ditadura e sua base de sustentação, ascenso das lutas sindicais e florescimento de uma nova vanguarda) eram propícias para isto. Isto é, a conjuntura de 1978/80.

Desde o primeiro momento, ao lado das lideranças sindicais que davam ao projeto a base de massas necessária a um partido, postaram-se inúmeras correntes, pequenos grupos e indivíduos que haviam sobrevivido a repressão e a crise que as organizações de esquerda (APML, CS, MEP, POC, ALN, VAR, MR8, PCBR etc.) em seus vários matizes, haviam vivido no final da década de 60 e início dos anos 70. Esses grupos, correntes e indivíduos, com graus variados de implantação local-regional e com experiências distintas e desiguais de definição programática e orgânica - alguns até com pretensões partidárias próprias - não vacilaram em abraçar a proposta de formação do PT. Este representava a grande chance de um amplo partido de base sindical e popular, de dimensão nacional e com lideranças reconhecidas e já testadas na luta operária. O PT significava a possibilidade de materialização de um denominador comum de todas estas tendências: um partido operário, de massas, de dimensão nacional e que negava na sua origem o reformismo e o populismo - dos PCs e do PTB - no movimento operário brasileiro.

Somou-se a essa origem um conjunto de forças difusas e com experiências mais heterogêneas mas que tinham sua identidade no trabalho comunitário e

Não vemos as tendências como um mal, sua existência no PT tem sido positiva, no encaminhamento de propostas, nas iniciativas de debate

popular através das comunidades eclesiais ou do amplo leque de trabalhos junto à população pobre executados por organismos de base da Igreja cristã.

Essa heterogeneidade de formação, que dá ao PT uma singularidade entre os partidos de esquerda, tem sido uma de suas grandes forças, talvez até uma de suas principais virtudes. Isso obrigou a que houvesse toda uma troca de experiências - difícil e árdua no início - e de concepções que foi uma das mais radicais lições vividas pelo movimento operário e popular no Brasil.

A prática política foi testando e pondo em xeque de concepções sobre a construção partidária e muitas soçobraram no confronto com o real. Muitos apostaram, inicialmente, que o PT seria uma simples "frente de esquerda" onde várias correntes teriam abrigo e uma legenda eleitoral. E com um pouco de sorte e competência, no momento propício sairiam com uma corrente já nacional, mais forte etc. Algumas dessas correntes julgavam-se, inclusive, "o Partido" ou "o embrião do Partido" revolucionário no Brasil.

Outros viam — talvez ainda pensem assim — no PT uma espécie de "expressão dos movimentos sociais" de base. Mais um instrumento para canalizar insatisfações, fazer eco às reivindicações da base e incentivar a multiplicação das organizações de base e dos movimentos sociais como a garantia para conquistas e avanços democráticos.

Evidentemente, muitos — a maioria — viam o PT como simplesmente um Partido, pois para um grande número era a sua primeira experiência partidária, ainda que neste campo o leque de posições sobre que tipo de partido seria o PT, fosse também amplo e difuso. Seu parâmetro de julgamento são os partidos burgueses conhecidos. Não cogitavam o que é o PT à luz do movimento operário internacional, suas experiências, o funcionamento da democracia interna e as relações direção-bases.

Falta de Direção

A prática do PT, as experiências vivi-

das ao longo destes seis anos já se encarregou de negar algumas teses e consolidar outras. Enfim, o Partido cresceu, consolidou-se nacionalmente, chegou ao Parlamento, e é hoje um dos maiores partidos brasileiros.

Ao longo deste período o Partido não sofreu cisões ou defecções sérias a não ser uma ou outra perda individual, mas seu próprio amadurecimento o obriga a tratar as questões orgânicas com maior profundidade.

Depois de alguns anos o discurso basista ou esponaneista, que remete sempre as questões polêmicas ou controversas para o campo vago e impreciso de que "as bases resolverão" ou que "as bases ainda não discutiram" ou então, na visão espontaneista, de que é "no andar da carroça que as abóboras se ajeitam", deixa de ser uma "virtude democrática" de que tudo flui de baixo para cima, para significar amadorismo e incompetência na construção partidária.

Essas avaliações iniciais são necessárias na discussão que hoje existe no PT "sobre as tendências e grupos" no seu interior, para que o debate não caia num mero sectarismo de "caça às bruxas" sobre a posição X ou Y, como se aí residisse o problema para uma série de questões que afligem o Partido do ponto de vista orgânico.

Um exemplo: não é culpa das tendências que não exista dentro do PT uma política firme e rigorosa sobre as finanças partidárias, sobre a cotização regular de cada filiado ou militante, sem a qual é impossível construir qualquer coisa, seja grupo, grupelho, tendência ou partido. Não é culpa das tendências, também, a ausência de um periódico nacional, regular, que dirija o Partido, que oriente o conjunto da militância, que socialize as várias experiências que o Partido vive em todo o país.

Estas questões não são fruto apenas de possíveis erros da direção mas refletem também uma história do PT, sua origem, a realidade social em que nasceu, seu tempo de existência.

O que queremos dizer é que a questão das tendências e grupos dentro do PT é

algo mais complexo do que normalmente tem aparecido nos debates internos. Ela reflete uma herança histórica, uma experiência acumulada de erros e acertos de uma parcela da esquerda brasileira. Ela é, também, a expressão direta de desníveis de consciência política e experiência partidária do proletariado e das novas vanguardas sindicais e populares brasileiras cuja experiência social foi e é bastante desigual.

A questão das tendências requer, igualmente, que esse debate se dê paralelo àquele das relações entre direção e bases, o que dá a um filiado o direito de votar e ser votado, o grau de hierarquia e de centralismo no respeito às decisões coletivas, da unidade de ação externa do Partido nas frentes de massa.

Essa discussão deve ser feita paralelamente e de maneira profunda dentro do PT sob pena de sectarizarmos o debate sobre as tendências e grupos, e que trará prejuízos e dispersão de forças no momento em que mais precisamos de coesão e unidade para enfrentar a Nova República e sua transição conservadora.

Achamos que o PT deve avançar nessa discussão levando em conta sua experiência, as definições já estabelecidas no Regimento Interno e, principalmente, as experiências ricas vividas pelos partidos operários a nível mundial.

Tragados pelo PT

No primeiro aspecto, por uma razão simples, a experiência vivida pelo PT foi suficiente para que muitos companheiros mudassem sua opinião sobre a construção partidária. Vários grupos, alguns, inclusive, defensores da concepção "frentista" ou de que eram o "embrião" do partido revolucionário no Brasil, foram tragados pelo PT. Ou seja, suas limitações programáticas e sua organicidade foram suplantadas pela prática petista e isso os levou à extinção pura e simples. Foram absorvidos pelo PT. Outros mudaram sua visão, com ou sem autocritica, mas mudaram e aceitam o PT como Partido.

No atual Regimento Interno, o PT avança em relação à legislação burguesa ao garantir o direito de representação

O PT avança em relação à legislação burguesa ao garantir o direito de representação nas instâncias de direção partidária a qualquer posição que atinja 10% dos votos dos convencionais

nas instâncias de direção partidária - os Diretórios - a qualquer posição que atinja 10% dos votos convencionais nos Encontros. Consolida, também, uma posição correta ao impedir ao filiado a duplicação de cargos executivos nas instâncias diretivas, apesar de esse princípio já estar arranhado - sob o argumento da provisoriedade - pela atual Executiva Nacional. Avançou, igualmente, na subordinação dos parlamentares e dos cargos de indicação partidária advindos dos espaços públicos conquistados, no aspecto político e financeiro.

Infelizmente, ainda não consagrou - ao nível das Executivas - o princípio da representação proporcional das várias correntes, numa posição equivocada da maioria partidária, que é tão ou mais grave do que muitas críticas feitas às "tendências" ou "grupos".

O monolitismo das direções partidárias revelou-se, historicamente, no principal instrumento de burocratização dos partidos operários. A ausência do direito de tendência, e sua não expressão nos órgãos dirigentes, leva a direção monolítica a um espírito de corpo, de alto proteção que se torna fatal à democracia interna. E, aqui, não se confunde isso com a necessária unidade externa do Partido, mas a uma visão equivocada que pode até reforçar teses sobre a "correção" ou as "vantagens" do Partido único, monolítico, na construção do socialismo. Essa posição foi uma das razões mais fortes que explicam a burocratização e até degeneração da administração e da gestão dos países do bloco socialista.

Neste mesmo momento, portanto, ao nosso ver, a discussão sobre esse tema deve ser aprofundada conjuntamente com o debate, com que tipo de partido e, por decorrência, de que modelo de socialismo queremos. Esta é, evidentemente, uma discussão que precisa de muito amadurecimento dentro do Partido.

Nós, como sempre estivemos, desde o primeiro momento, na defesa do PT como um Partido, com unidade na ação, com democracia interna e o mais profundo respeito a representação de todas as correntes nas instâncias de direção partidária, defendemos que o PT pode

dar novos passos, mais profundos e mais conscientes, em sua construção partidária.

Não vemos as tendências como um mal, ao contrário, sua existência no PT tem sido positiva, no encaminhamento de propostas, nas iniciativas de debates, no alinhamento de posições mais próximas qualificando as disputas pelas direções e assim por diante. Não somos cegos de que existem graus variados de coesão interna, de maior ou menor compromisso com a construção partidária e, até, que ainda existam tendências que acreditam pouco no PT como Partido. Vemos, igualmente, correntes e tendências que deliberam previamente e agem organizadamente, mas não se assumem ou buscam bodes expiatórios para problemas orgânicos e políticos do PT na denúncia "das tendências" como a "origem do mal".

Contra detetives no PT

Para nós, são tendências do PT não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao Partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes próprias de recursos e fóruns de decisão, bem como a chamada "Articulação", hoje tendência majoritária dentro do PT.

O que importa, portanto, é despir esse debate de sectarismo e hipocrisias e estabelecermos critérios cada vez mais claros de funcionamento orgânico, para que as cobranças, as deliberações e a democracia interna dependam da estrutura partidária e não do espírito detetivesco que sempre "vê algo mais" por detrás das posições assumidas, clara e abertamente, dentro do Partido.

Somos defensores que o PT seja um Partido de massas, mas um Partido militante, pois é completamente falsa a polêmica de que um Partido de massas é antagonico a um Partido de militantes conscientes, politizados, capazes de ter iniciativas no campo político, orgânico e teórico no cotidiano de seu trabalho de massas.

Nesse sentido, para comprometer o

conjunto de filiados e militantes na construção partidária e fazer avançar o seu nível de consciência, defendemos que o Regimento Interno deve incorporar no seu texto:

a) O direito de representação proporcional em todas as instâncias de direção: Diretórios e Executivas.

b) Consolidar a figura de que o filiado só participa e vota com direitos plenos nos Encontros do Partido se estiver quites com a tesouraria correspondente e participar de uma frente de trabalho do Partido no movimento de massas.

c) Regras (formalização da existência, textos que circulem no Partido, número mínimo de adesões) para a formação de tendências ou correntes que disputem os Encontros Partidários em todos os níveis.

d) A subordinação da minoria à maioria não pode ser restrita apenas às decisões internas do Partido na escolha das instâncias diretivas e/ou aprovação de teses e propostas sobre a tática e a estratégia partidária, mas vale e deve ser incorporada, também, no encaminhamento da ação dos filiados nas frentes de massa (sindical, estudantil, comunitário etc.)

e) As tendências não podem sobrepor-se às instâncias orgânicas do Partido: núcleos, diretórios etc., e o debate interno sujeita-se a essa estrutura partidária como instância de deliberação.

f) Proibição de que as tendências ou grupos falem em nome do Partido ou tenham aparecimento orgânico público paralelo ao PT ou como alternativa a ele.

A incorporação pelo Partido dessas propostas não esgota, mas significará um salto de qualidade no processo de construção partidária e habilitará o PT a enfrentar melhor não só os desafios da conjuntura mas, com igual ou maior importância, também os desafios de sua própria definição política, ou seja, qual o caráter do socialismo que queremos.

Raul Pont é membro da Executiva Estadual do RS, membro do Diretório Nacional e Deputado Estadual.

PT: partido da ruptura popular

Hélio Corbelini e Ruy Guimarães

A construção do socialismo no Brasil tem sido o norte do PT desde a sua fundação sem contudo estar claro qual socialismo e como se chega até ele.

Há algum tempo, vem-se acirrando, no interior do nosso partido, um conflito de posições delineando dois campos: "ARTICULAÇÃO" (ex 113) e "TENDÊNCIAS" ou "CORRENTES INTERNAS":

Esta discussão não deve mais ser protelada pois a construção do socialismo no Brasil tem sido o norte do PT desde sua fundação sem contudo estar claro qual socialismo e como se chega até ele.

Temos nos restringido ao discurso que "o socialismo será obra dos próprios trabalhadores", o que é correto, porém insuficiente para um partido que, neste processo, deve levar a cabo importantes tarefas de organização e mobilização da massa explorada.

Não é apenas mobilizando as massas para exercer pressão sobre o regime, acumulando vitórias eleitorais e consolidando reivindicações em lei que se chega ao socialismo. Isto, em última análise, é entrar no jogo da "transição pacífica" proposta pela esquerda reformista que se aliou à burguesia.

Nosso papel deve ser provocar a RUPTURA POPULAR com o regime capitalista porque é no fogo da luta que os trabalhadores acumulam forças e experiências e forjam seus instrumentos conforme as exigências deste embate. Não se constroem primeiro os instrumentos para depois passar à luta.

É o PT que se apresenta hoje, como instrumento capaz de expressar os interesses e anseios dos trabalhadores brasileiros e de cumprir um importante papel no avanço da consciência das massas no rumo da RUPTURA POPULAR.

Por isso, excluir qualquer força enajada nesta tarefa é negar sua perspectiva de construção do socialismo no país.

A formação do PT

O PT é um partido institucional mas teve um surgimento diferente dos partidos legais existentes hoje no país.

Surgiu da necessidade que os trabalhadores do ABC paulista sentiram, na conjuntura que seguiu à onda de greves

em 78, de uma organização partidária própria que se colocasse à esquerda da postura de conciliação do então MDB, acabando por romper na prática com o bipartidarismo.

Apesar dos entraves da legislação eleitoral, o PT conseguiu firmar-se como partido nacional, conquista que, ao lado da história política brasileira, somente quatro partidos alcançaram: PTB, PSD, PCB e UDN - e obter registro definitivo em 82.

Neste caminho, das greves ao registro definitivo, as organizações de esquerda desempenharam um papel que não deve ser subestimado. A esquerda realmente comprometida com os anseios populares e a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores jogou toda sua força e seus militantes no cumprimento de tarefas necessárias para a fundação e consolidação do PT. É falsa, portanto, a idéia que a esquerda revolucionária veio militar no PT para utilizá-lo como trampolim para seu próprio crescimento.

Em sua trajetória política, o PT tem conseguido demarcar o enfrentamento do campo burguês com o campo popular, no que a riqueza das discussões internas são de fundamental importância. Também neste plano, o papel das esquerdas tem sido crucial; basta que cite-mos as posições tiradas em convenções nacionais, muitas delas elaboradas pela articulação das esquerdas, que a história provou serem mais corretas e que hoje são referenciais no sentido da RUPTURA POPULAR: Diretas já, Não ida ao Colégio Eleitoral, critérios de coligação, Constituinte Exclusiva, Não ao Pacto Social, etc.

Caráter do PT

Afirmamos que o PT é um partido institucional já que está submetido à Lei Orgânica dos Partidos (LOP). No entanto, sua postura é de rompimento com a ordem estabelecida (por exemplo: quando apóia a invasão de terras ociosas sem esperar a promulgação da reforma agrária) e, neste sentido, adquire o caráter de instrumento de ação revolucionária. Dentro do PT e da CUT se gestam hoje os elementos da ação revolucionária: crescimento da vanguarda, consciência de classe e ação de massas.

A organização interna do PT, a partir de núcleos de base, lhe permite manter a tirada de posições programáticas unitárias "de baixo para cima", e lhes confere também a qualidade de educador para a militância orgânica, indispensável para que a luta dos trabalhadores transcenda o caráter conjuntural, economicista e reivindicatório e o isolamento de cada categoria, transformando esses trabalhadores em sujeitos de sua história aglutinando-os em torno de um projeto político de defesa de seus interesses de classe.

Fica claro, portanto, que a questão em discussão passa pela definição dos destinos do caráter do PT: ou avança como instrumento de transformação radical que rompe com a ordem ou se coloca como mais um partido atuante apenas dentro da ordem, reeditando, assim, a experiência internacional da Social-Democracia, que acredita ser o parlamento o caminho das transformações radicais da sociedade. A experiência tem demonstrado que esta postura serve de instrumental da administração das crises do capitalismo.

Difícil é desmascarar estas posições sociais-democratas pois sempre se transvestem de posições "teoricamente" progressistas revolucionárias, mas são incapazes e incompetentes para elaborarem propostas concretas sempre que surgem estrangulamentos no processo de luta da classe operária na perspectiva de construção do socialismo.

O papel do PT

O papel do PT, mesmo em disputas eleitorais, deverá ser sempre de direcionar para a luta, para o enfrentamento político com a ordem, para a tomada da ofensiva pela massa e para a conquista do poder.

Combatemos a visão do PT parlamentar. A busca do poder não deve restringir-se à via eleitoral. Desta forma a luta sindical e a luta no campo não são redutos de votos. O PT deve estar nestas lutas direcionando-as para o confronto com o capital, promovendo a discussão política e desvelando nesta discussão o jogo de interesses Capital X Trabalho, buscando bandeiras unificadoras de luta

**Nosso papel deve ser
provocar a Ruptura Popular
com o regime capitalista**

do campo operário-popular que provoque o enfrentamento com o poder do Estado burguês.

Dentro desta concepção é papel do PT ser o pólo aglutinador das forças populares no sentido de concretizar a unidade dos trabalhadores na luta contra o capitalismo.

A Constituinte e o PT

A partir da instalação dos trabalhos constituintes, o PT deverá compor com as forças progressistas não só buscando a aprovação de emendas que interessem aos trabalhadores, mas também, principalmente, provocando uma intensa mobilização popular na defesa dos interesses da massa explorada, tarefa que extrapola uma simples inclusão na Carta Constitucional, pois é sabido que o Congresso como um todo é predominantemente conservador e assentado num Estado burguês.

A unificação destes setores de oposição deve ser o objetivo do PT, apontando desde já com a proposta de um governo popular.

O processo de elaboração da Constituição se dará concomitantemente à efervescência do movimento popular e é tarefa do PT acirrar estas contradições impedindo que se concretize a tática da Nova República, que é a canalização destes conflitos para o campo institucional.

O PT deve, ainda, tomar a iniciativa de propor Comitês Pró-Constituinte Popular, com o objetivo de abrir a discussão nas entidades e no seio do movimento, defendendo as bandeiras para a Constituinte que interessam aos explorados e oprimidos (contra o pacto social,

contra o arrocho salarial, contra a discriminação, revogação da Lei de Segurança Nacional e demais leis repressivas, desmantelamento do aparato repressivo, estatização dos serviços básicos e do sistema financeiro, diretas para presidente, não pagamento da dívida externa, educação pública e gratuita em todos os níveis, etc.).

As Assembléias Legislativas

A nível externo, os parlamentares do PT devem comportar-se como efetivas lideranças, mantendo estreito vínculo com o movimento de base e sendo sua principal tarefa a mobilização.

O parlamento deve estar a serviço do movimento, sendo as seguintes suas principais tarefas e funções a nível externo:

1. Servir como tribuna de denúncias de corrupção, injustiças sociais e desrespeito aos direitos humanos acompanhando e divulgando os desdobramentos destas denúncias;
2. Usar a estrutura do parlamento para reforçar a organização independente dos trabalhadores;
3. Divulgar, através de boletins próprios ou da imprensa do partido a procedência e o destino de verbas e dotações orçamentárias;
4. Combater a prática clientelista e empreguista que hoje caracteriza o parlamento.

A Imprensa do PT

O PT deve ter um órgão de imprensa de caráter formativo e informativo.

Como órgão informativo, deve ser competente para se colocar como alternativa à grande imprensa e num nível que possa responder aos ataques da imprensa oficial.

Como órgão de formação, deve veicular os debates internos em torno das questões políticas, resguardando espaço a todos os militantes e à expressão de todas as correntes que compõem o partido.

O corpo editorial deve contemplar todas as posições empenhadas na construção do PT.

Reconhecer o direito de tendências

As concepções aqui expostas contemplam a posição de não exclusão de qualquer força do PT, pelo contrário, deve haver o máximo empenho para que militem de forma unitária todas as forças comprometidas com a transformação radical da sociedade brasileira rumo ao socialismo.

Propomos, assim, o reconhecimento imediato do direito de militância a todas as correntes internas ao PT, resguardando que suas relações entre si não firam os Estatutos e a Carta de Princípios.

Hélio Corbellini e Ruy Guimarães são membros do Diretório Regional do Rio Grande do Sul.



**No próximo número do Boletim Nacional,
artigos de Tarso Genro, Adeli Sell e Selvino Heck,
também do Diretório do Rio Grande do Sul.**



Perseu Abramo

Mobilização contra os responsáveis pela crise

Mobilização popular pró soberania da Constituinte para obrigar o Governo a mudar a política econômica a fim de baixar preços e aumentar salários. É essa a essência da proposta do PT na crise atual. No bojo da campanha, de em ser disseminados pelo País os Comitês Constituintes Populares (por setor, categoria etc.) e os Conselhos Municipais Constituintes (por área geográfica, congregando os Comitês). No desenvolvimento da luta, não se descarta a perspectiva de mudanças políticas e institucionais mais profundas.

Fruto de debates das últimas reuniões do Diretório Nacional, a proposta tomou forma na Comissão Executiva Nacional, reunida a 13 de fevereiro, em Brasília. E a direção nacional quer todos os filiados, núcleos de base, Diretórios Municipais e Regionais empenhados nessa luta.

Para ter força, a campanha deve integrar setores representativos de toda a população, sindicatos e centrais, entidades do movimento popular, parlamentares e partidos, áreas progressistas das Igrejas, órgãos como a CNBB, a OAB etc.

Os petistas, porém, devem assumir um papel fundamental nessas articulações. Nesse sentido, dirigentes do PT já vêm procurando outras forças para se chegar a um plano consensual de campanha.

Plano de Emergência

A necessidade da campanha justifica-se pela análise da situação econômica e social, que é crítica. O Governo defende os grandes grupos financeiros e os especuladores, e adota medidas contrárias aos trabalhadores e pequenos produtores. Junto com empresários e latifundiários, im-

pede a Constituinte de assumir sua soberania e cerceia a participação popular na feitura da Constituição; fala em pacto social mas joga sobre os trabalhadores mais repressão.

O Planalto procura dar a impressão de que consulta a sociedade, mas faz novas ameaças com pacotes, choques e decretos-lei, em benefício de banqueiros e grandes empresários. E a situação real da grande maioria da população é cada vez pior: ágio, carestia, inflação, escassez, arrocho salarial, desemprego, recessão.

Por isso o PT, ao mesmo tempo em que prossegue sua luta por mudanças mais profundas — reformas agrária, urbana e tributária, estatização do sistema bancário e financeiro etc. — propõe a luta por um Plano de Emergência, sintetizado nos seguintes pontos:

1. Tabelamento de preços, com custos e lucros sob rigoroso con-

trole, do qual participem comissões de fábrica, sindicatos e entidades populares, e punição de infratores e especuladores.

2. Suspensão imediata do pagamento da dívida externa, com auditoria e verificação caso a caso, por um Tribunal Nacional que em seis meses deverá concluir seus trabalhos.

3. Elevação imediata do **salário mínimo** para um valor compatível com as necessidades do indivíduo; criação de um **salário-família** correspondente a 25% do SM, por dependente; aumento dos demais salários de acordo com a taxa inflacionária real.

4. Imposto único progressivo sobre o patrimônio dos 5% mais ricos da população, para financiar o salário-família, o salário-desemprego e a construção de moradias de baixo custo, bem como aliviar o peso da dívida interna e financeira.

5. Tabelamento de aluguéis para defesa dos inquilinos, bem como dos que têm um só imóvel como única fonte de renda; punição contra os que especulam com imóveis.

6. Política agrícola que garanta preço justo e financiamento barato para pequenos produtores de gêneros essenciais.

7. Exercício, pela Constituinte, de soberania e poderes para adotar um Plano de Emergência e elaborar nova política econômica.

A imediata mobilização dos diretórios, núcleos e filiados do PT para articular outras forças populares e jogar a campanha nas ruas é condição indispensável para o êxito dessas e de outras medidas urgentes e necessárias.

DN elege nova Comissão Executiva

Renovação da Comissão Executiva Nacional, a situação do PT no Ceará, Propostas para a Constituinte — além de uma moção de repúdio aos massacres de trabalhadores rurais no Mato Grosso — foram os principais pontos de debates durante a última reunião do Diretório Nacional realizada nos dias 29 e 30 de janeiro.

PROPOSTAS PARA A CONSTITUINTE

O DN aprovou, em bloco, dois documentos apresentados pela Comissão Constitucional — são 7 projetos de resolução (pela revogação das leis da ditadura, por eleições diretas após o término dos trabalhos Constituinte, pelo direito de greve, contra o poder de voto aos Constituintes não eleitos em 15 de novembro de 86 etc.), recomendações de procedimento e pontos fundamentais do regimento interno do Congresso Constituinte. Também foi aprovado um cronograma básico para a discussão e aprovação de um

Projeto de Constituição do PT ou documento equivalente (até dia 15/03 o DN reúne-se com a bancada federal para a aprovação desse projeto e, até 5/4 nossa bancada deverá apresentá-lo e defendê-lo no Congresso).

SITUAÇÃO DO PT DO CEARÁ

A Comissão de Ética do DR/CE entregou à CEN seu relatório com parecer favorável à expulsão dos 3 membros da CEE/CE envolvidos na entrega de dinheiro ao PT/CE por membros da coligação PFL/PDS. O DN nomeou uma comissão (constituída pelos companheiros Jacó Bitar, Jorge Bitar e Hélio Bicudo) para examinar a situação "in-loco" e apresentar um novo relatório ao DN em sua próxima reunião.

MASSACRES NO MATO GROSSO

O companheiro Gilney Viana fez um relato dos massacres de que têm sido vítimas os trabalhadores rurais

do Mato Grosso e submeteu ao Plenário uma moção de denúncia, solidariedade às vítimas e protesto contra os criminosos: "...Trata-se, na verdade, de um massacre de lavradores sem terra, perpetrado pela Polícia Militar do Estado do Mato Grosso, a serviço dos latifundiários travestidos de empresários rurais com o dinheiro da SUDAM — com requintes de crueldade... O PT denuncia a parcialidade da PM e a omissão do Ministério da Reforma Agrária e do INCRA e exige que seja feita uma apuração dos fatos de forma imparcial e justa, para que se revele a verdade conhecida por todos; as arbitrariedades cometidas pela PM do Mato Grosso contra os lavradores indefesos..."

A moção foi aprovada com a recomendação de que o conjunto do partido lhe dê a maior divulgação possível.

A CEN apresentou ao DN uma proposta de renovação e remaneja-

mento de dirigentes, para constituir a nova Comissão Executiva, que foi aprovada por 25 votos a favor, nenhum contra e 11 abstenções. Esta é a nova Comissão Executiva Nacional: **Presidente:** LUIS INÁCIO LULA DA SILVA; **1.º Vice-Presidente:** JACÓ BITTAR; **2.º Vice-Presidente:** LUIS SOARES DULCI; **3.º Vice-Presidente:** LUIS EDUARDO GREENHALGH; **Secretário Geral:** OLIVIO DUTRA; **1.º Secretário:** PAULO DELGADO; **2.º Secretário:** PERSEU ABRAMO; **Tesoureiro Geral:** DARCI ACCORSI; **1.º Tesoureiro:** GERALDO MARGELA; **2.º Tesoureiro:** MARCELO DEDA; **1.º Vogal:** Hélio Bicudo; **2.º Vogal:** EDUARDO SUPLICY; **3.º Vogal:** WLADIMIR POMAR; **4.º Vogal:** ATHOS PEREIRA;

Suplentes: (1.º) PERLY CIPRIANO, (2.º) CLOVIS ILGENFRITZ, (3.º) DJALMA DE SOUZA BOM, (4.º) GERALDO PASTANA, (5.º) EURIDES MESCOLOTTO.



New Republic na Bahia?

Itaberaba (BA), 22-3-87

Tenho 16 anos, estudo, trabalho e milito nos movimentos populares além da CUT e do PT. Muitos acham que eu tenho pouca idade para entrar na luta, porém acho-me suficientemente consciente para saber que é necessário o quanto antes libertar o nosso povo de todas as formas de exploração e construir o socialismo proletário, onde não exista nenhuma classe além da classe trabalhadora.

Sou filho de proletários que trabalharam a vida inteira produzindo mais-valia para os patrões, o que me levou a despertar para a necessidade de acabar com o juízo do imperialismo.

A situação do PT aqui na Bahia doi-me muito. A diretoria, na sua maioria, é formada de reformistas e conciliadores que, na última eleição, coligaram-se com a burguesia apoiando o candidato da New Republic (continua ianque, como a velha), impedindo de todas as formas o lançamento de um candidato do PT à governadoria. São pessoas como estas, principalmente o sr. Antônio Jorge Almeida, que sesonram os princípios do Partido dos Trabalhadores. Estamos na expectativa da convenção deste ano, onde ocorrerá eleições para a executiva estadual, para ver se conseguimos colocar à frente do PT pessoas realmente comprometidas com a causa do trabalhador e que esteja isenta de equivocação.

Gostaria que me fossem enviados alguns cupons de assinatura do BN para que alguns companheiros daqui possam assiná-lo, já que não temos qualquer informação sobre o preço. Gostaria também de ter informações sobre as organizações jovens do PT.

Na esperança de podermos triunfar com a nossa luta, termino.

Saudações Cutistas, Petistas e revolucionárias.

Hamilton Santos Brito

BN: Não tivemos tempo de contar os companheiros do diretório da Bahia. Fica desde já garantido espaço para resposta.

Sacanagem de burgueses

Campo Grande (MS), 13-1-87

Prezados companheiros, estou entrando agora no PT e já entro preocupada com o partido porque muita gente chegou, filiou-se, elegeu-se e desapareceu.

E quando se fala em crescimento do PT em via eleitoral me assusto muito e pergunto: será que todos esses votos são reais ou são votos pelo

que é o PT? Se não forem, pode ser alguma sacanagem desses burgueses safados.

É muito perigoso, gente. Tem gente descendo de pára-quadras e infiltrando no nosso meio. E esses pára-quadristas podem ser perigosos, podem acabar com a identidade do PT. A campanha eleitoral foi prova disso, poucos mostraram o que é o PT, poucos mostraram as finalidades que alimentam o partido, e ficou cada qual para si, falando o que bem entendia de modo eleitoreiro, tradicional e burguês de se fazer campanha.

Isso nunca foi finalidade do PT, faltou unidade. Isso não é coisa de petista. Ficamos atentos, "se eles articulam de lá, articularemos de cá".

Um prêmio para assinaturas

Rio de Janeiro, 17-12-86

Companheiros do BN-PT

Gostaria de enviar juntamente com este pacote de assinaturas, as seguintes sugestões:

— A opção de um outro tipo de assinatura, além da anual e bianual: a assinatura de apoio; onde cada um que tivesse interesse em contribuir com um pouco mais pudesse fazê-lo.

— Que o cupom de assinatura seja feito em fundo branco e os espaços melhor divididos

— Que se incentive os "pacotes" de assinaturas, talvez até com "prêmios" como, por exemplo, a cada dez assinaturas uma grátis.

Estas sugestões e este "pacote" vêm no sentido da necessidade de um canal da informação forte e que faça frente às calúnias e omissões que a grande imprensa, que ficou tão patente nas últimas eleições do dia 15-11.

Julgo necessário também um canal de discussão/formação para temas referentes à própria organização do partido e temas gerais. No primeiro caso, o exemplo melhor foi da publicação do livro "E agora PT?" pela Brasiliense. Mas tanto em temas internos como gerais seria necessário um canal permanente de discussões.

O BN pode, ao que me parece, unir este lado informativo e este de discussões e formação, incentivando temas por número ou até "incomendando" artigos, sobre questão agrária, indígena, urbana etc.

É só.

Jurandyr Carvalho F. Leite

Deu Estrela em Piancó

Piancó (PB), 29-12-86

O PT de Piancó já existe há quase dois anos. Mas foi nestas últimas eleições que ele começou a ser acreditado pelo público piancoense.

Alguns meses após a sua fundação, o povo piancoense não pensou que o PT pudesse sobreviver no meio de partidos políticos "já credenciados". Esses pensamentos surgiram porque a maioria dos membros da Executiva do PT de Piancó é composta de jovens (trabalhadores e universitários).

Para surpresa de muitos, o PT conseguiu uma expressiva votação aqui em nosso município. Não conseguimos eleger nenhum de nossos candidatos no Estado, mas pela quantidade de votos conseguidos já foi uma grande vitória e um grande espaço conquistado.

O PT de Piancó se compromete neste momento a fazer maior divulgação dos seus trabalhos dentro e fora do município...

Queremos uma Constituinte de cara limpa e acho que vamos conseguir porque a partir do momento em que o Congresso Nacional recebeu os representantes dos trabalhadores - que são os candidatos do PT - o povo brasileiro terá maiores esclarecimentos e maior representação dentro e fora do Congresso.

Cabral Alves de Souza
presidente PT/Piancó

PT ganha programa no Rádio

Garanhuns (PE), 29/12/86

Companheiros, encaminho sugestão para melhoria dos níveis de comunicação e informação do conjunto do partido:

Uma forma de melhor agilizar a entrega do **Boletim Nacional** aos diversos diretórios espalhados pelo país seria que pelo menos um boletim fosse remetido via entrega rápida (SEDEX) a cada diretório, mesmo que esses tenham que arcar com as despesas.

Em outra oportunidade já manifestei a importância do BN para nós militantes petistas, sobretudo para os que militam em cidades do interior, dada a falta de informação e o atrelamento da grande imprensa ao poder econômico. Não podemos ficar tempo sem receber o BN sob pena de não termos como acompanhar e levarmos a bom termo a discussão dos assuntos mais relevantes e atuais.

Vejam um exemplo: graças ao trabalho do DN nos remetendo informações a respeito das posições do PT em relação aos Cruzados I e II, pudemos ocupar espaço numa emissora de rádio por 40 minutos e a audiência alcançada nos garantiu um convite do gerente da rádio para um espaço semanal, onde podemos divulgar nosso pensamento e as propostas do partido, mais um motivo para que estejamos munidos de informações. Saudações Petistas!

Eraldo Ferreira dos Santos

A congressuante e o fim do prato feito

Porto Velho (RO), 2/2/87

Tomaram posse os homens eleitos para a Constituinte, (congressuante), a partir que foi a campanha eleitoral (enganadora) fazendo crer que a democracia é plena (com decretos e pacotes).

Não que o eleitorado não soubesse votar; mas tudo foi feito para confundir-lo!

É só analisarem a coincidência das eleições majoritárias, com votação em branco e votos nulos acima da média.

A confusão foi tanta que até elegeram o gordo e hiperalimentado ex-ministro da Fazenda-Planejamento Delfim Netto, que, juntamente com o Sr. Fernando Henrique Cardoso, defendem uma constituinte exclusiva.

Por isso, torna-se importante que se defenda um referendo popular para a aprovação da Constituição, com a garantia de que os debates da Constituinte sejam transmitidos por rádio e TV, com o povo tendo a chance de saber quem é quem.

É necessário restringir e proibir durante a elaboração da Carta Magna, que sejamos governados por decretos-leis, dando um basta ao PF (prato feito).

Quando os defensores do regime militar e de seu prolongamento por outras formas voltam-se para a questão institucional, preocupam-se com a ampliação do poder executivo, com a institucionalização do papel de controle das Forças Armadas.

Mas a verdadeira solução do dilema institucional do país está em outra direção: o propósito de institucionalizar um regime verdadeiramente democrático, tem de voltar-se prioritariamente para a ampliação e o aperfeiçoamento da participação popular na vida política, econômica e cultural da nação, seguindo o rumo buscado nas constituições de 34 e 46.

Qualquer outra via dificilmente será duradoura e muito menos democrática.

Novos atores, velhas cenas: "Não queremos as esmolas de um estado paternalista, queremos ser respeitados como trabalhadores e cidadãos que somos".

O que nos resta é esperar, (não mais com a esperança e paciência que a classe dominante sempre incutiu no nosso povo) e que esses homens



Nº 25 Fevereiro de 1987

Órgão informativo da Comissão
Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores
Av. 11 de Junho, 260
CEP 04041 - São Paulo/SP - fone 575-2299

Editor: Bernardo Kucinski
Editor Adjunto: Flávio Aguiar
Secretaria de Redação e Produção: Marisa Lourenço
Diagramação: José Ramos Neto
Revisão: Marta Magnani
Composição, Fitolito e Impressão: DIC
Tiragem: 20 mil exemplares

Cuba Continuação da pág. 16

eleições de delegados em diversos graus, a partir dos comitês de cada quarteirão, até chegar à Assembléia Nacional (ver diagrama) da seguinte forma: a república está dividida em circunscrições eleitorais e os moradores de cada uma delas, maiores de 16 anos, elegem um delegado. Os CDRs, nas cidades, e as ANAPs, no campo, servem como núcleo de organização eleitoral e seleção de candidatos, que não precisam ser membros do PCC. Seis semanas antes das eleições, os candidatos são escolhidos, de forma direta entre os moradores daquela região. O número de candidatos aprovados pode variar entre quatro, nove, dez, ou até mais, dependendo do consenso entre os eleitores. Feita a escolha, panfletos com uma biografia simples de cada um dos candidatos, acompanhada de uma foto, são afixados nos locais de maior afluência e distribuídos pelos núcleos de base. Assim, cada distrito, composto de diversos CDRs, elege, por maioria simples, um delegado municipal.

A vida de um delegado eleito não é fácil. Ele deve manter a sua rotina de trabalho e desempenhar suas novas funções políticas sem receber nenhum salário extra. Ele vai representar a comunidade na Assembléia Municipal de Poder Popular e estabelecer, com sua base, uma ligação efetiva, levando para o poder local o relatório da Assembléia, que é discutido com os moradores, em reuniões realizadas a cada três meses. Destes encontros sai um novo relatório, que será, por sua vez, levado de volta à Assembléia, numa

continua prestação de contas para as duas extremidades de poder.

Entre os 169 municípios existentes, são eleitos quase 11 mil delegados municipais, sendo que cada município deve ter entre 30 e



Gráfico 1 - A formação do poder do povo. Florestan Fernandes, "Da guerrilha ao socialismo; a revolução cubana", pg. 205

200 circunscrições eleitorais. Com um mandato de dois anos e meio, o delegado municipal tem, por seu turno, que eleger os 1.084 delegados para as 14 assembleias provinciais, escolher 455 deputados da Assembléia Nacional. Uma vez mais, as organizações de base, tendo à frente os CDRs e ANAPs, apresentam, juntamente com o PCC, as listas de candidatos a delegados provinciais e a deputados da Assembléia Nacional, que serão discutidas, revistas e ampliadas pelos delegados municipais. Desta forma fica garantido o acesso da população na escolha dos candidatos diretamente, ao apresentar as listas, e indiretamente, ao escolherem, através dos delegados municipais, os nomes dos que irão compor a máxima autoridade estatal, com plena capacidade executiva.

Os CDRs, ANAPs e outras organizações de base não são, portanto, meras correias de transmissão de pressões. Constituem, em si, centros vibrantes de debate que, se por um lado ajudam a consolidar o regime, por outro o fazem salientando as exigências democráticas do socialismo. A Revolução, em Cuba, não sufocou a forte tradição do recurso às associações de vários tipos, encontrando aí um aliado natural. Uma resolução saudável, pois, segundo o sociólogo e deputado constituinte do PT, Florestan Fernandes, "onde muitos se reúnem para discutir, opinar e decidir, o socialismo conta com uma impulsão democrática inexaurível e indestrutível".

Marcia Camargos

eleitos, bem alimentados, bem pagos, façam (elaborem) uma Constituição à altura de um Brasil gigante que pode (e deve) começar a escrever autêntica história da libertação de um povo que até então só possuiu o direito de obedecer, digerindo à força tudo o que lhe foi impingido, a favor de organizações que simplesmente sempre os consideraram como escravos.

É isso que poderá acontecer se não mantivermos vigilância sobre os constituintes, comparecendo, buzinando, para que não se esqueçam de pagar o que prometeram em cima dos palanques.

Tomara que nós brasileiros consigamos sair desta (república nova) para uma existência digna e sem fome onde (presume-se) sejamos iguais em nossos direitos.

Temos que cuidar para que o Sr. Jones (revolução dos bichos) não retorne, não nos faça sofrer e passar tudo de novo, daqueles dias de incertezas.

Aureo Ribeiro

O povo indignado e a traição do governo

P. Machado (RS), 31.12.86

Com relação à matéria "Quando o povo começa a comer, o Brasil entra em crise", por mim lida com muita atenção e analisando um a um dos 11 pontos abordados de forma brilhante pelo companheiro Cerri, notei a falta de um ponto fundamental: o poder de compra e o consumo do povo não aumentou tanto assim como foi dito, embora o congelamento de 28.02.86, em seus primeiros meses tenha sido bastante fiscalizado pelo povo e pelo governo. Nem assim o salário ridículo de Cz\$ 804,00 permitia que se comprasse algo condizente e suficiente para um período de um mês.

Existiu, é verdade, maior procura do povo aos gêneros de primeira necessidade em grande escala, mas isto sim, e na maioria das vezes pelo simples fato de que os empresários-comerciantes esconderam criminosamente, como até hoje o fazem de forma impune, os produtos em depósitos, aguardando o descongelamento. E mais: com a plena aquiescência do poder governamental, que sabidamente pactua com tal atitude para forçar o

descongelamento e passar-se por vítima alegando falta de colaboração do povo.

E vou provar-lhes: o confisco ao boi foi uma grande farsa previamente ensaiada entre governo e grandes latifundiários, que tinham e têm poder de penetração dentro do alto escalão do governo, tanto que a própria TV encarregou-se de mostrar a grande quantidade de gado magro abatido, cujos animais não deveriam ser sacrificados. O problema da carne e seu abastecimento hoje continua pior, não mais existe, e pergunto-lhes: o que faz o governo? Nada. Está provado, assim, o pacto. E por qual razão o governo não confisca os carros, as peças nas montadoras, os vários alimentos desaparecidos? Pelo simples fato de que há uma aliança clara e cristalina entre governo e empresários, classe esta que foi a única a levar seu apoio e solidariedade a Funaro quando este ameaçou demitir-se, ou não foi assim?

Nós do PT temos obrigação de continuar denunciando tais irregularidades, pois se não o fizermos, ninguém mais o fará.

Nossos constituintes são nossas esperanças para dar continuidade a essa luta. Nossos companheiros do centro, norte e nordeste do país denunciaram as mortes dos sem terra e o fazem continuamente, é assim que temos que proceder, todos juntos...

É por tudo isto que existe um grande e indistigável medo nos escalões da República de Proveta, demonstrado através das manifestações ministeriais, especialmente do Ministério da Justiça, que procura atribuir ao PT e especialmente à CUT qualquer responsabilidade por qualquer reação do povo indignado que reage às traições do governo. E então vem em cadeia nacional de rádio e TV ameaçar e coagir os trabalhadores, quando estes mobilizam-se por melhores salários. Lembremos todos que são as mesmas pessoas que algum tempo atrás, antes de chegar ao poder, diziam-se oposição, bradavam em praças públicas em favor do direito de greve e mobilização dos trabalhadores de forma intransigente.

Hoje mostram sua outra face, e podemos então saber que são. Ao povo caberá julgá-los nas urnas sem falsas ilusões. Ao PT cabe derrotá-los através de nossa união e trabalho, pois nosso crescimento já está comprovado.

Anibal Gomes Filho

ASSINE

Nome

Endereço

CEP

Cidade:

Estado

Anual - Cz\$ 40,00
Bianual - Cz\$ 60,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao **PARTIDO DOS TRABALHADORES - BOLETIM NACIONAL - AV. 11 de Junho, 280 - CEP 04041 - São Paulo - SP**

Há pouco mais de um ano, o Brasil reatou as relações diplomáticas com Cuba, rompidas em 1964, logo após o golpe militar. Esta ruptura foi uma das primeiras medidas da ditadura. É óbvio que não interessava a um governo autoritário deixar visível a qualquer brasileiro o exemplo de um país latino-americano o qual, depois de muita luta, libertou-se do jugo imperialista para traçar seu próprio caminho. Um caminho "do povo, de operários, de camponeses, de Justiça", como definiu Fidel Castro. E, por isto mesmo, um caminho cheio de obstáculos, de sanções de todo tipo, e do bloqueio econômico e político imposto pelos EUA e seus aliados, o que persiste até hoje.

Sabotadores, contra-revolucionários, infiltração de armas e de agentes povoavam Cuba quando, em 1959, a revolução derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista. Mas a luta, atualmente com 10 milhões de habitantes, foi, aos poucos, superando as dificuldades. Para conseguir enfrentar - e vencer - os inimigos e, ao mesmo tempo, organizar a sociedade dentro de novos moldes, a população, juntamente com seus líderes, lançou mão de uma tática simples e extremamente eficaz. Compreendeu, muito cedo, que era preciso manter o povo no centro do poder: "Estamos convencidos de que na medida em que as massas participem dos assuntos do Estado se tornará mais efetiva a luta contra toda a manifestação de burocratismo, estarão melhor atendidas as necessidades da população e da comunidade e o Estado revolucionário será mais forte, mais democrático, mais sólido", afirmaria Raul Castro, em 1974.

Assim, por meio dos órgãos de poder popular, as massas sempre tiveram uma participação direta na gestão estatal. Desta forma o centralismo burocrático, presente nos primeiros momentos da Revolução, pôde ser rapidamente substituído pelo "centralismo democrático". Dentro deste esquema, a base eleger aqueles que vão cumprir funções no aparelho estatal nos diversos níveis da vida nacional. A base cobra dos delegados eleição periódica de contas a essa mesma base pode revogar o mandato de seus delegados, caso não cumpram as devidas tarefas. A autoridade máxima não é o representante que foi eleito e sim o conjunto dos eleitores, pois são as massas que detêm e outorgam o poder.

Quarteirão por quarteirão

Com a vitória da Revolução, surgiu a necessidade de se criarem organismos de vigilância coletiva e de participação popular. Dois anos após a tomada de poder, formaram-se as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), compostas por militantes dos três grupos revolucionários então existentes: o Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário e o Partido Socialista Popular. Com o tempo, os ORI foram se transformando em organismos meramente burocráticos, distanciados das massas. Isto provocou um processo de depuração nos quadros das ORI, que, em 1965, deixam de existir e, no seu lugar, surge o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), dissolvido três anos mais tarde para que seja fundado o Partido Comunista Cubano (PCC).

Para consolidar a Revolução e garantir o exercício do poder pelas massas foram criados, em 1960, os Comitês de Defesa da Revolução (CDRs), nas áreas urbanas, enquanto no campo apareciam sob a sigla ANAP (Associação Nacional de Agricultores Pe-

Cuba

**Um país que traçou seu próprio caminho.
Um caminho "do povo, de operários, de camponeses, de Justiça", como definiu Fidel Castro.**

**EN CUALQUIER CALLE
EN CUALQUIER CUADRA**



quenos). Em cada quarteirão de todas as cidades e em cada comunidade rural um comitê foi fundado, tendo como objetivo principal, além da vigilância, a divulgação e o apoio às propostas da Revolução.

Estas organizações, micropoderes diretamente ligados ao poder central, contam, cada uma delas, com um presidente, um vice, um secretário de organização e responsáveis por várias frentes - trabalhos ideológicos, voluntários, educação e cultura, mobilização, saúde pública, poupança e vigilância. Eleitos pelos moradores do quarteirão para um mandato de dois anos e meio podem, no entanto, ser removidos a qualquer momento, após uma assembleia geral. Os filiados, maiores de 14 anos, contribuem com uma quantia máxima de 25 centavos por mês - o peso, a moeda corrente de Cuba, equivale a 80 centavos de dólar no câmbio oficial.

Do corte de cana à vacinação em massa

As reuniões gerais dos membros dos CDRs e ANAPs ocorrem a cada dois meses, na rua ou na casa de um dos "cederistas". Nelas são discutidos os problemas locais, documentos políticos, propostas econômicas ou os turnos de vigilância, medidas preventivas p/evitar crimes, contravenções e abusos contra a propriedade social (as guardas anti-delinquência vão das 11 da noite às duas da madrugada, e das duas às cinco, sendo o primeiro turno de responsabilidade de duas mulheres e o segundo, de um homem. Em esquema de rodízio, cada morador do quarteirão tem que fazer o seu turno apenas a cada dois ou três meses).

Cada Comitê possui, em geral, cerca de 120 filiados e graças a essa imensa rede é possível, por exemplo, vacinar todas as crianças de Cuba em duas horas. No caso de uma agressão externa, como a invasão da Bahia dos Porcos, organizada e financiada pela CIA, em 1961, o inimigo pode ser rechaçado rapidamente. Para proteger a Revolução, todo cubano aprende a manejar uma arma de fogo e participa, de tempos em tempos, dos "domingos de defesa", treinando para enfrentar qualquer tipo de ameaça. No plano interno, os cederistas controlam campanhas maciças de vacinação, doação de sangue, poupança de matérias-primas e as mais variadas atividades culturais e desportivas. Organizam também as chamadas "Brigadas Clic!" - numa hora predeterminada, grupos de crianças vão entrando nas casas e, uma a uma, apagam todas as luzes que estiverem acesas inutilmente.

O trabalho voluntário é uma das principais preocupações destas organizações, embora os sindicatos, nas fábricas, desempenhem um papel fundamental nas mobilizações mais importantes. A Revolução, historicamente, sempre se apoiou na rede de CDRs para realizar as grandes tarefas, como a campanha de erradicação do analfabetismo ou os esforços para se alcançar níveis recordes na colheita de cana e produção de açúcar. O resultado das diligências, bem como as discussões políticas e econômicas chegam aos cederistas através da revista "Con la guardia en alto", algo assim como "Sempre alerta", (palavra de ordem dos CDRs), editada mensalmente pelo Comitê Nacional.

A estrutura eleitoral

Embora não tenha um vínculo formal com o PCC, os CDRs influem e decidem diretamente sobre o funcionamento e a política governamental. Isto se dá por meio de

Continua na página 15